



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**SENTENÇA**

Processo nº: **1003246-46.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Multas e demais Sanções**  
 Requerente: **Mac Miller Oliveira Silva**  
 Requerido: **'Município de Araraquara**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**MAC MILLER OLIVEIRA SILVA** ajuizou ação anulatória de auto de infração de trânsito com pedido tutela de urgência em face do **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA** alegando que foi autuado pela suposta infração contida no artigo 208 do CTB. Ocorreu que no dia dos fatos, 04/07/2017, deixou seu local de trabalho às 12:25 hs. não sendo possível que apenas em um minuto registrasse seu ponto e chegasse ao local da infração, que fica 5 quarteirões do seu trabalho. Em razão desses fatos, pleiteou a concessão da tutela de urgência para suspensão dos efeitos do ato administrativo e ao final a anulação da infração nº T4301701667, com a consequente inexigibilidade da multa imposta e cancelamento dos pontos lançados em sua CNH. Com a inicial vieram os documentos.

A tutela provisória foi indeferida. Contra esta decisão foi tirado agravo de instrumento.

Citado, o requerido apresentou contestação. Sustentou, em resumo que inexistente previsão legal para que o relógio da autoridade de trânsito esteja sincronizado com o relógio do trabalho do autor. Aduziu que o autor iniciou seu trabalho às 07:38 horas, (registrado em relógio de ponto - fl. 73), ocorre que em sede de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

contestação indicou como sua chegada no trabalho o horário de 10:29, conforme documento de fl. 34, documento este que ainda indica os demais horários e locais em que o autor esteve naquele dia. Requereu a improcedência da ação.

Houve réplica. Saneado o feito foi determinada a produção de prova oral, tendo sido realizada audiência com oitiva de testemunhas arroladas pelo autor.

**É O RELATÓRIO.**

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

A ação é improcedente.

A testemunha Luciane Simone Ferreira Theodoro esclareceu que, transitando de carro, demoraria de 2 à 3 minutos, após bater o ponto, para chegar ao local da infração. Afirmou ainda, que o relógio de seu celular coincide com o relógio de ponto.

No sentido do declarado pela testemunha acima, estando o autor pilotando uma motocicleta, veículo muito mais ágil do que um automóvel, vez que possibilita ultrapassagem fácil, certamente conseguiria chegar ao local da infração em menor tempo.

Ainda, pesa o fato de que o relógio do agente de trânsito poderia estar em desacordo com o do constante no celular do autor, bem como no relógio de ponto, pelo o que deve ser mantida a autuação.

Acresce-se: nestes autos, o autor não conseguiu comprovar suas asserções exordiais acerca das suscitadas irregularidades, claudicando com o ônus processual, pelo que, ao convencimento deste magistrado, dever sobrepujar a presunção de legalidade e legitimidade do ato administrativo, em detrimento da pretensão



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

aqui deduzida.

Ante o exposto, julgo a ação **IMPROCEDENTE**.

Arcará o autor com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), ressalvada a gratuidade.

P. I. C.

Araraquara, 13 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**